

ARTIGO

MULHERES QUE TRABALHAM: AS REPRESENTAÇÕES PROFISSIONAIS DAS MULHERES NOS ESTADOS NOVOS DE GETÚLIO VARGAS E ANTÓNIO SALAZAR¹

LEANDRO PEREIRA GONÇALVES

Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com atuação no Programa de Pós-Graduação em História. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com estágio (*junior visiting fellowship*) no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e com pós-doutoramento pela Universidad Nacional de Córdoba (Centro de Estudios Avanzados/Argentina). Coordenador da Rede de Investigação Direitas, História e Memória. Investigador colaborador do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (CEHR/UCP).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9233-1098>.

VITÓRIA ALMEIDA MACHADO

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); graduada em História pela Faculdade Porto-Alegrense (FAPA). Pesquisadora da Rede de Investigação, Direitas, História e Memória e professora do Colégio Marista Ipanema.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9210-1970>.

RESUMO: Este artigo tem como objetivo comparar a representação das mulheres no mundo do trabalho nas revistas femininas *Jornal das Moças*, do Brasil, e *Modas e Bordados – Vida Feminina*, de Portugal, durante os Estados Novos dos respectivos países, de 1937 a 1945. Os regimes autoritários de cunho corporativista, como se caracterizavam os Estados Novos no Brasil e em Portugal, possuíam discursos e projetos políticos voltados às mulheres a fim de estabelecer seus espaços delimitados ao privado. Para tanto, contextualizam-se os governos de Getúlio Vargas e de António de Oliveira Salazar, assim como a história dos periódicos em análise. Apoiando-se na imprensa periódica enquanto fonte central de análise, este artigo teve a pretensão de investigar os papéis sociais estabelecidos para as mulheres a partir da metodologia da história comparada. Por último, optou-se por comparar os regimes e os periódicos com vistas a compreender suas atuações na sociedade, em especial em relação às mulheres e ao trabalho feminino.

PALAVRAS-CHAVE: Corporativismo. Mulheres. Estado Novo. Imprensa. Trabalho feminino.

¹ A pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

WORKING WOMEN:

DEPICTION OF FEMALE WORK IN THE ESTADOS NOVOS OF GETÚLIO VARGAS AND ANTONIO SALAZAR

ABSTRACT: Authoritarian regimes, like the Estados Novos from Brazil and Portugal, have speeches and political projects aimed at women to confine their roles solely to private life. This research compares the depiction of working females in women's magazines *Jornal das Moças*, from Brazil, and *Modas e Bordados – Vida Feminina*, from Portugal, during the Estados Novos period of each country, from 1937 to 1945. Therefore, this work contextualizes the regimes of Getúlio Vargas and António de Oliveira Salazar, as well as the history of these women's magazines. Based on the press as a central source of analysis, this work intends to investigate the social roles established for women according to the Comparative History methodology. Lastly, the research compares the regimes and the magazines to understand how this production affected society, especially women and female work.

KEYWORDS: Corporatism. Women. Estado Novo. Press. Female Work.

Recebido em: 25/07/2021

Aprovado em: 08/11/2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2021v72p335-358>

Entre Brasil e Portugal: as mulheres nos Estados Novos

A história das mulheres, assim como os regimes autoritários dos anos 1930 e 1940 têm recebido cada vez mais atenção na historiografia. Este artigo propõe analisar a dinâmica de como as mulheres eram projetadas, no sentido de identificar se havia uma relação marcada entre o discurso nos periódicos e a representação feminina no Brasil e em Portugal.

A escolha dos países se deu pelo fato de ambos estarem sob um viés corporativista no contexto dos Estados Novos. Entretanto, por possuírem duração distinta, optou-se por fazer a análise a partir do mesmo recorte temporal entre 1937 e 1945. Tendo em vista a postura dos regimes com as mulheres brasileiras e portuguesas, este artigo busca analisar de que forma o mundo do trabalho feminino era representado nas revistas. O intuito é compreender como o Estado contribuía para delimitar os espaços femininos, bem como, paralelamente, como a revista representava essas temáticas.² Para análise, optou-se por duas revistas femininas do período: *Jornal das Moças*, do Brasil, e *Modas e Bordados – Vida feminina*, de Portugal.

A pesquisa utilizou a metodologia da história comparada para a análise das fontes, em que é possível comparar estruturas e paradigmas entre os objetos de estudo, fornecendo uma maneira distinta de análise. Ao trabalhar com essa metodologia, é possível: “[...] iluminar um objeto ou situação a partir de outro, mais conhecido, de modo que o espírito que aprofunda esta prática comparativa dispõe-se a fazer analogias, a identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades, a perceber variações de um mesmo modelo” (BARROS, 2007, p. 5).

Busca-se, desse modo, perceber a dinâmica de como as mulheres eram projetadas nos discursos dos periódicos, suas semelhanças e diferenças no intuito de identificar se as revistas contribuíram com a formação de uma opinião pública sobre o “ser mulher” ou se procuraram buscar outra narrativa que destoava dos Estados Novos brasileiro e português.

² Para isso, foram analisadas, aproximadamente, 800 edições das duas revistas entre 1937 e 1945. Entretanto, reforça-se que, para este artigo, focou-se somente em matérias e publicações que abordassem a temática do trabalho para as mulheres.

O trabalho no Estado Novo brasileiro de Getúlio Vargas com base no *Jornal das Moças*

A tentativa de modernização e de transformação do Brasil em um Estado Novo (1937-1945) fez com que Getúlio Vargas organizasse um projeto para cada setor da sociedade. Com esses novos projetos, as mulheres foram contempladas. Apesar da maior participação na política, do sufrágio feminino de 1932 e a busca de uma inserção no mercado de trabalho, o projeto varguista possuía um discurso da mulher no espaço privado. De modo geral, houve incentivo para que as mulheres retornassem ao lar, que era visto como uma extensão do Estado. Dessa forma, diversas políticas foram tomadas para que os papéis preestabelecidos pela sociedade e legitimados pelo Estado permanecessem intactos. Esses papéis não fugiram muito da tríade esposa-mãe-dona de casa, e os espaços de atuação deveriam ser limitados. O mundo do trabalho, a cidadania feminina, a prática de esportes, a participação na Igreja, o acesso à educação, a sexualidade das mulheres e outros quesitos eram pautados na contribuição para a Nação e o desenvolvimento de um projeto maior: o Estado Novo.

O projeto de nação foi concebido sob o viés de um Estado autoritário que, por ter sido dominado por grupos sociais que exigiam a intervenção estatal sobre pautas conservadoras, tomou determinadas posições, inclusive no que diz respeito às mulheres na contribuição da construção da nação (OSTOS, 2009). Os papéis que as mulheres podiam exercer na sociedade brasileira pelas normas sociais do Estado Novo interferiram direta ou indiretamente na participação laboral feminina, modificando a realidade de uma grande parte da população. Essas transformações pautadas no projeto estado-novista podem ser percebidas nas páginas da revista em análise, que reforçou e delimitou a atuação que as mulheres podiam/deveriam ter.

A revista ilustrada *Jornal das Moças*³ foi iniciada em 1914 no Rio de Janeiro e encerrou suas atividades em 1965. O periódico se apresentou para a sociedade brasileira de forma diferenciada em relação a outras revistas existentes no período (ALBUQUERQUE, 2014; ALMEIDA, 2008; 2006). Afirmava que as concorrentes não passavam de álbuns de fotografia de modas, que não se preocupavam com o “cultivo de espírito de nossas gentis patrícias”, tampouco se ocupava dos

³ Apesar de o título possuir a palavra “jornal”, é relevante destacar que *Jornal das Moças* era uma revista.

conhecimentos mundanos. Nesses termos, a função da revista era deleitar o espírito da mulher brasileira (JORNAL DAS MOÇAS, n. 1, 1914).

A pretensão de ser a única revista a auxiliar as mulheres, por trazer conteúdos que “realmente interessavam” às leitoras, e que conseguia ir além do consumismo, viabiliza construir a interpretação de que a propaganda da revista tentava trabalhar com conceitos mais subjetivos das leitoras. Se as outras revistas mostravam somente moda e estavam ligadas às questões estéticas, a revista *Jornal das Moças* preocupava-se também com aspectos relacionadas ao intelecto feminino e aos conhecimentos importantes para o dia a dia, tornando-se assim não somente uma revista de moda, mas, sim, uma conselheira das leitoras, necessária no cotidiano (MACHADO, 2018).

A partir de 1830, as revistas voltadas para o público feminino ganharam popularidade e, embora com foco em corte, costura e moda, todas compartilhavam de uma fronteira da feminilidade tradicional. Para Anne Higonnet (1991, p. 418), as revistas, de modo geral:

Com imagens e com palavras, defendem e louvam os valores ligados ao aperfeiçoamento cosmético, à heterossexualidade e à família. [...] As leitoras são exortadas a melhorar a sua aparência física, a exprimir a sua individualidade, a gerir os seus lares de modo mais eficiente, mais econômico e com mais amor, e a triunfar sobre a adversidade. A leitora das revistas femininas é encorajada a dominar a sua situação pessoal – mas não a pô-la em questão.

Assim, apesar de se apresentar como uma revista diferente das outras existentes, o *Jornal das Moças* não modificou de maneira estrutural o discurso do papel social das mulheres no Estado Novo. O Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (IBOPE), em 1945, a colocava como a 8ª revista mais lida no país. Dentre as revistas focadas no público feminino, ficava atrás somente da revista *A Cigarra*. Com uma média de 50 a 70 páginas por edição⁴, trazia em sua capa modelos ou atrizes de cinema, mas tinha o corpo editorial formado majoritariamente por homens. Produzida pela oficina e editora de mesmo nome, “Empresa Jornal das Moças – Menezes, Filho & C. Ltda”, a direção e a edição eram de responsabilidade de Álvaro Menezes e Agostinho Menezes. O fato de ser uma revista dedicada ao público feminino, sendo editada e dirigida por homens, traz à tona a discussão acerca da importância do corpo editorial de um veículo de comunicação, pois é ele

⁴ Algumas edições, normalmente a edição de Natal e troca de estações, podiam ter um número maior, chegando a mais de 100 páginas.

que dará forma e composição à revista. Além da linha editorial, os anunciantes, as pressões políticas e o contexto político-econômico modificam, formatam e alicerçam os veículos de informação (MACHADO, 2018).

O Estado Novo foi marcado por um sistemático crescimento da industrialização e, por consequência, um aumento significativo das publicidades. O *Jornal das Moças*, assim como outras revistas focadas no público feminino, possuía um número expressivo de páginas dedicadas à publicidade e propaganda, normalmente destinadas a cosméticos, produtos de higiene e produtos para o lar. “As mulheres eram mostradas como estando completamente dependentes dos produtos comerciais para levarem a cabo as tarefas domésticas, atraírem os homens, educarem os filhos ou conseguirem aceitação social” (HIGONNET, 1991, p. 409).

A participação feminina no mundo do trabalho esteve presente desde períodos pré-capitalistas, na agricultura, especialmente, e nas fábricas, conforme a Revolução Industrial⁵ ia se tornando uma realidade nos séculos XVII e XVIII. As imigrantes que chegaram ao Brasil tornaram-se mão de obra atrativa devido ao baixo custo salarial, uma vez que, historicamente, as mulheres sempre tiveram salários desiguais aos homens. Por essa razão, as mulheres foram vistas por longo tempo como uma possibilidade lucrativa, sendo utilizada de forma maciça pelos proprietários dos meios de produção: “As mulheres sempre trabalharam. Seu trabalho era da ordem do doméstico, da reprodução, não valorizado, não remunerado. As sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível” (PERROT, 2007, p. 109).

A partir de 1930, porém, com o governo de Getúlio Vargas, o discurso para as mulheres foi modificado. Essas alterações não partiram unicamente do Estado, que organizava as demandas que, muitas vezes, vinham de setores da sociedade que queriam reconfigurar os espaços e papéis sociais. Em 1932, uma série de direitos modificou a vida das mulheres brasileiras. Entre esses avanços, destaca-se a licença-maternidade; proibição do trabalho da mulher grávida durante quatro

⁵ Alguns historiadores apresentam a ideia de que o trabalho em indústrias não deve ser pensado como um avanço para as mulheres, uma vez que ele não trouxe melhoria de vida para elas. A historiadora Michelle Perrot (2007) apresenta em sua obra que o trabalho na indústria ou na fábrica só acarretou mais uma atividade às mulheres, uma vez que elas continuavam como únicas responsáveis pelas tarefas domésticas além de ter uma carga horária que chegava até 14 horas no século XIX e de 10 horas a partir do século XX. Além disso, os abusos sexuais por parte dos patrões eram constantes. Margareth Rago (2004) apresenta que as investidas sexuais começaram a ser denunciadas ainda no século XIX no Brasil.

semanas antes do parto; direito a repouso em casos de aborto natural; proibição do trabalho feminino em atividades perigosas e insalubres; proibição do trabalho noturno às mulheres, dentre outros (CALIL, 2000).

O Estado precisava garantir a construção de uma nova nação e a modificação do brasileiro. Caberia à mulher garantir que esse projeto fosse efetivado. O trabalho fora do lar não poderia prejudicar a educação dos filhos e o cuidado da casa. Além disso, os decretos trabalhistas pretendiam garantir a saúde física das mulheres para, com isso, suportarem as gestações, a amamentação e os cuidados com os filhos e o lar. As pautas trabalhistas focadas nas mulheres buscavam garantir que elas possuísem condições de exercer sua melhor função, que era a maternidade.

Se, em 1932, as mulheres conquistaram o direito ao voto e menores jornadas de trabalho, nos anos seguintes, as participações em sindicatos e organizações de trabalhadoras diminuíram substancialmente, uma vez que elas se distanciaram cada vez mais do espaço de militância por estarem cumprindo com o dever que lhes foi imposto pelo Estado: a criação dos futuros trabalhadores do Brasil.

Rago (1997) apresenta que, em 1872, 76% da mão de obra era feminina, já em 1950, apenas 23%. Essa estatística permite perceber o quão funcional fora a política de retorno ao lar. Não era do interesse do Estado, nem da parcela masculina da sociedade, que as mulheres permanecessem fora dos lares. Rago (1997, p. 486) explica que:

As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como “naturalmente masculino”. Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção; começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família.

O *Jornal das Moças* colaborou com o discurso do regime autoritário, corporativista e conservador do Estado Novo varguista. Ao analisar as matérias sobre o trabalho feminino e as profissões, depara-se com um nicho extremamente limitado de possibilidades de atuação para as mulheres, em profissões que fossem extensões do lar: professora, cuidadora, enfermeira. As representações que a revista fazia das mulheres em suas matérias conduzia o pensamento a achar que as únicas profissões cabíveis seriam relacionadas ao cuidado com o próximo.

Considerando a análise de 1937-1945, é importante lembrar da explicação biológica ainda presente no período, que permitia pensar em um possível caráter físico contribuindo para a escolha profissional, uma vez que as mulheres possuíam um “dom” maternal de cuidar. Um cuidado a ser tomado é a unilateralidade. Não se afirma aqui que somente parte conservadora da sociedade acreditava que as mulheres deveriam retornar ao lar ou que haveria profissões mais indicadas às mulheres. Margareth Rago (2004) afirma que o cunho moral da sociedade era imenso, inclusive após o Estado Novo. Com isso, independentemente do espectro político inserido, as mulheres estavam sob julgamento e avaliação masculina:

[...] é a partir do início da Era Vargas, 1930, que a mulher sai das portas das fábricas, da militância, ou seja, do espaço público, persuadida pelo discurso ideológico do Estado que se firmava na ideia do *mens sana in corpore sano*, programas de aleitamento materno etc. Evidentemente, essa estratégia de retirada da mulher do espaço público e de retorno ao espaço privado do lar fazia parte de um projeto maior, o de um Estado autoritário, que tinha pressa em se estabelecer, unindo, sob forma de apropriação, o antigo discurso voltado para as massas e propagado pelos anarquistas e comunistas dos anos 20, ao discurso direcionado, agora, às elites industriais dirigentes do país (NAHES, 2007, p. 18).

A participação feminina no mundo do trabalho pode ser percebida na revista *Jornal das Moças* na edição 1.422, de 1942, em reportagem sobre as mulheres enfermeiras que estavam concluindo os estudos.

A mulher brasileira, como é sabido mobilizou todas as suas energias, colocando-as ao serviço da Pátria no estado de guerra em que nos achamos contra as potências totalitárias. Acorreu a todos os postos onde é reclamada a sua colaboração, num largo movimento de espontaneidade e de amor à causa do Brasil, que lhe indica às tarefas compatíveis com a sua condição. A nossa gravura mostra no alto e no centro desta página, por exemplo, a cerimônia da entrega dos respectivos diplomas às enfermeiras que veem de concluir o Curso de Emergência da Cruz Vermelha Brasileira, realizada no Teatro Municipal (JORNAL DAS MOÇAS, 1942, p. 62).

Com a matéria temática sobre a participação das mulheres na Segunda Guerra Mundial, a edição 1.422 reforça o projeto de mulheres atuando de maneira laboral no cuidado com o próximo, uma vez que a profissão em destaque era a

enfermagem.⁶ Ainda no âmbito da saúde, encontra-se a edição 1304, de 1940, em que a revista apresentou a matéria “Farmacêutica”:

É esta uma das profissões mais condizentes com o sexo feminino e que, malgrado isso, não tem grande aceitação em nosso meio. Seria bem acertada uma boa propaganda em torno de tal profissão para a mulher. Não acarretando para ela esforço físico em desacordo com seu sexo, a profissão é daquelas que muito enaltecem a quem a exerce. É indiscutível a tendência caridosa da mulher e, por isto, ela, por força natural de seu sexo, aplicar-se-ia no aperfeiçoamento de uma profissão através da qual infiltra-se muito de caridade. É a confecção do remédio, é a confecção de um salva-vidas. O médico indica, a farmacêutica manipula e a enfermeira dá. São três símbolos do bem. Façamos, pois, de nossas filhas boas farmacêuticas, quando desejem ser advogadas, engenheiras ou funcionárias públicas (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, p. 60).

A afirmação de que existem profissões mais sugeridas às mulheres do que aos homens se fez presente na matéria. Além disso, há um discurso de explicação biológica, uma vez que as mulheres teriam um instinto natural de cuidado e zelo com o próximo, devido à sua característica caridosa. As justificativas para distinção de gênero foram combatidas constantemente pelos movimentos feministas, pois acredita-se que a narrativa biológica é usada para justificar uma estrutura social patriarcal.

O *Jornal das Moças* propagava um discurso de escolha profissional a partir da aceitação, do suporte e da validação familiar. Em diversas matérias, apresentava como se fosse uma responsabilidade materna a escolha das profissões dos filhos, uma vez que a educação dos jovens era de responsabilidade da mulher. Na edição 1.420, destaca-se:

É frequente ouvir as mães se consultarem sobre o destino que devem das filhas moças. Devem ser funcionárias públicas ou comerciais, advogadas ou médicas, contadoras ou secretárias? As perguntas são mais ou menos essas. Melhor seria educá-las como perfeitas mães de família e administradoras de um lar. Parece ser essa a profissão mais indicada para mulher. E tão pouco se pensa nisso (JORNAL DAS MOÇAS, 1942, p. 12).

Na edição 1.427, a revista reitera esse discurso:

⁶ A enfermagem é caracterizada como uma clássica profissão ao pensar no núcleo feminino, fazendo parte de diversos projetos em várias esperas políticas e sociais como no fascismo brasileiro. A Ação Integralista Brasileira possuía um discurso voltado para a mulher e a valorização de trabalhos ligados à saúde e à maneira de cuidar (SIMÕES; GONÇALVES, 2012).

O possível, o provável e o normal é que nossas filhas se casem, e o mais possível, o mais provável e o mais normal é que não se casem com um homem rico. Quer isso dizer que sua vida terá de ser desgraçada, que por isso terá que renunciar ao casamento? Jamais, se foram devidamente preparadas; se sabem que cumprem com sua vocação natural, tendo filhos, educando-os, cuidando de sua casa, administrando-a bem, e proporcionando, assim, felicidade para ela e para aqueles que a rodeiam. Mães de hoje, preparem suas filhas para serem mães de amanhã é toda vida profissão mais seguro e mais útil (JORNAL DAS MOÇAS, 1942, p. 17).

A demonstração de que as mulheres mães teriam poder de fazer com que as filhas escolhessem a profissão indicada por elas era outra forma de manter papéis anteriormente estabelecidos. Quando a revista menciona que são profissões mais condizentes com o sexo feminino, reitera estereótipos sociais e assina por sua manutenção, uma vez que era preferível que não fossem advogadas e engenheiras, colocando a responsabilidade de um lar harmonioso (e isso envolve o desenvolvimento dos filhos) nas mãos das mães. Caso a filha optasse por uma profissão não indicada às mulheres, era responsabilidade materna, uma vez que não fora bem orientada pela progenitora. A afirmação “Façamos, pois, de nossas filhas boas farmacêuticas, quando desejem ser advogadas, engenheiras ou funcionárias públicas” enfatiza que se deve não somente interferir na escolha das filhas como dissuadi-las de suas próprias vontades.

Muitos direitos no que tange ao trabalho feminino foram conquistados, mas não se pode deixar de considerar alguns fatores que possibilitaram esses avanços:

A proibição do trabalho noturno às mulheres, e também em atividades consideradas insalubres ou perigosas, significava, na prática, estabelecer uma reserva de mercado aos homens, muitos dos quais clamavam pela restrição do emprego feminino, de modo a que estas não ocupassem vagas que, por direito, pertenceriam aos chefes de família (OSTOS, 2009, p. 97).

Ostos (2009) apresenta o tom moralizante usado para definir o papel das mulheres no mundo do trabalho. A proibição do emprego noturno, além do motivo citado, era norteadada pela moral e pelos bons costumes da época, em que mulheres não deveriam andar pelas ruas à noite, desencadeando uma série de demissões. Ao analisar o trabalho feminino e a proibição de atividades perigosas, a autora afirma:

Já a proibição do exercício de atividades insalubres e perigosas às mulheres só se justificava pelo desejo de preservar seus corpos para a função gestacional, dado que não poderia haver outra explicação para os homens

serem autorizados a exercer funções vedadas à população feminina, abrangendo empregos que lidassem com: emanções nocivas, perigo de acidentes, perigo de envenenamento, necessidade de trabalho atento e prudente, poeira e vapores nocivos. Os agentes do Estado deixavam claro que o objetivo das restrições ao trabalho das mulheres era conservar a sua constituição física e desempenhar, com eficiência, a sua função natural na família, permanecendo mais tempo em seu lar (OSTOS, 2009, p. 98).

Em 1937, na edição 1.158, foi publicada uma matéria de página inteira chamada “Os grandes problemas do casamento”. Assinada por Mary Roberts Rinehart, a matéria apresentava as dificuldades que as mulheres casadas encontravam no seu cotidiano. Para a autora, o grande “competidor” e “inimigo” das mulheres era o mundo exterior, pois ele era “um campo de aventuras, em que o esposo se encontra absorvido a maior parte do dia, a melhor parte do dia, e do qual regressa à noite e ao lar, seja ele qual for, bom ou ruim, medíocre ou indiferente”. O texto prossegue destacando que a principal função masculina em casa era a contribuição financeira e que, portanto, cabia à esposa o cuidado com o lar e com os filhos. “O casamento, a boa conservação da vida conjugal, é trabalho feminino” (JORNAL DAS MOÇAS, 1937, p. 13).

Em uma matéria intitulada “Sogra impertinente”, a edição 1.690 da revista faz uma análise sobre a relação das mulheres casadas com as sogras nas decisões da casa.

Quando um homem se casa deseja ser o dono absoluto de seu novo lar e da esposa que escolheu, assim como dos filhos que Deus lhes manda, mas em alguns casos se ouvem queixas dos novos esposos a respeito de sua mãe, por querer intrometer-se nos assuntos de seu filho e dirigi-lo como quando era menino e estava em sua casa (JORNAL DAS MOÇAS, 1937, p. 4).

O destaque da matéria não foi a disputa entre mulheres que a revista apresenta, mas, sim, do papel que o homem exerce no momento do matrimônio. Destaca-se que a relação do homem ao se casar é a de proprietário da casa e da esposa.

As matérias reforçavam o discurso do Estado Novo em relação às mulheres como donas de casa, mães dedicadas e esposas devotas. As mulheres eram criadas para cuidar do lar e da família, sendo esta sua principal função para a sociedade. Em contrapartida, a função masculina para a revista é a de dono, provedor, a pessoa capaz de tomar decisões sobre a casa e a família.

O trabalho no Estado Novo português de António de Oliveira Salazar com base em *Modas e Bordados – Vida Feminina*

Conhecido como um dos regimes autoritários⁷ mais longos da história (1933-1974), o Estado Novo português estruturou de maneira decisiva diversos aspectos da sociedade portuguesa, tanto durante seu desenvolvimento quanto no período pós-Revolução dos Cravos em 1974.

A crise financeira que a Primeira Guerra ocasionou na Europa abalou significativamente Portugal, deixando o recente governo republicano com severas dificuldades. Os militares de ordem mais conservadora não pouparam críticas ao Partido Republicano Português, por isso, em 1926, um golpe militar acabou por derrubar o governo. Esse seria o princípio do que viria a ser o governo de António Salazar. A situação financeira que Portugal se encontrava desencadeou uma crise econômica e social, conforme explica Rosas (1998, p. 217):

Os efeitos quase sucessivos das crises de 1921, da valorização do escudo, em 1924, e da Grande Depressão de 1929 tinham afetado gravemente a economia, os negócios e as finanças públicas. Para a oligarquia tradicional, e mesmo para importantes setores das classes médias, o velho Estado republicano-liberal, controlado, sem possibilidade real de alternativa, pelos “bonzos” do PRP, tornara-se sinônimo de “demagogia” e “desordem”, isto é, da instabilidade política e social, de “escândalos”, de incapacidade geral de fazer face à crise.

As tentativas de recuperar Portugal da crise foram falhas. Em 1928, o então professor da Universidade de Coimbra, Oliveira Salazar, foi convidado para assumir a pasta das finanças do governo. Entretanto, ele apresentou uma condição para aceitar o cargo: queria o controle geral das despesas do governo. Os outros Ministérios não teriam autonomia para modificar as despesas de suas pastas sem

⁷ A opção pela caracterização como um regime autoritário de cunho corporativista se deu por conta de um debate historiográfico existente em torno do regime salazarista. A proximidade do regime com o fascismo de Mussolini foi inegável. Desse modo, duas vertentes são debatidas na academia: o salazarismo enquanto um regime fascista ou não fascista. Entre os principais teóricos e intelectuais da temática, Fernando Rosas (1986), Luís Reis Torgal (2009) e Manuel Loff (2008) afirmam que o regime salazarista poderia ser entendido como um regime fascista. Pensando de maneira oposta, António Costa Pinto (1992), Manuel Braga da Cruz (1988) e Philippe Schmitter (1999) apresentam outros conceitos mais condizentes com o regime: respectivamente, direita conservadora, monopartidário e conservador e, por último, um modelo corporativista. Entende-se que o regime salazarista, apesar da proximidade com o fascismo, possuía características próprias, sendo assim um regime singular, mas como a temática central do trabalho não é desenvolvida em torno do debate historiográfico e conceitual sobre o salazarismo, há a escolha de “regime autoritário” (GONÇALVES, 2018).

autorização de Salazar. Com isso, passou a ter uma superioridade discrepante em relação aos outros ministros.

O aceite de ser ministro das finanças possibilitou que traçasse diversas estratégias para modificar a estrutura econômica de Portugal. Uma política rigorosa de contenção de gastos, redução de investimentos em saúde e educação, assim como o aumento de impostos, foi implementada:

O fato de se dar prioridade ao problema financeiro obriga a uma profunda reorganização política, apesar de a aparência ser justamente a contrária. Em primeiro lugar, tal fato implica a concentração de poder dentro do próprio gabinete, bem expressa na condição colocada por Salazar de ter o direito de veto sobre qualquer aumento de despesa. Trata-se de uma exigência muito anormal, que, quando é aceite, transforma o ministro das Finanças no verdadeiro centro de poder, ao qual todos os outros ministros são obrigados a dirigir constantes pedidos (TELO, 1994, p. 787-788).

Salazar estabilizou a economia portuguesa com diferentes movimentos políticos e econômicos, e, a partir de 1931, as estruturas econômico-sociais foram delimitadas, consolidando a base do que foi, desde 1933, o Estado Novo. “Salazar encontrou o país, segundo ele mesmo, numa ‘desordem estabelecida’: desordem política, desordem financeira, desordem econômica e, finalmente, desordem social” (PASCHKES, 1985, p. 14).

Com a nova Constituição de 1933, a igualdade entre todos os cidadãos foi proferida. Todavia, Anne Cova e António Costa Pinto (1997, p. 72) afirmam que no próprio documento da Constituição foi salientada a diferença entre homens e mulheres. “Quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família”. O salazarismo, baseado em um conservadorismo de cunho corporativista, possuía um discurso bem específico para a mulher, muito semelhante ao discurso e projeto do Estado Novo varguista: a permanência no lar.

Amparado no discurso da Igreja Católica, o regime difundiu ainda mais a ideia de que a mulher estaria ligada à natureza, enquanto o homem estaria ligado à cultura. Essa distinção de cunho biológico alicerçou o discurso que formaria um imaginário acerca da função social feminina. É válido salientar que, historicamente, Portugal sempre possuiu muitos cristãos, especialmente católicos. Com isso, Salazar utilizou como alicerce de seu regime uma relação muito próxima com a Igreja para sustentar seu regime, que, em contrapartida, se beneficiava dessa aproximação (REZOLA, 2007).

António Costa Pinto (2007, p. 25) afirma que a relação de proximidade que Salazar tinha com a Igreja não somente alicerçou o regime, como também serviu de manutenção: “É nas origens ideológicas da direita radical e do tradicionalismo antiliberal, na importância do catolicismo antiliberal como cimento cultural, que encontram as origens ideológicas e políticas do regime de Salazar”. Entretanto, não se pode pensar em um “Estado confessional”, como afirma o autor, uma vez que Salazar aproximou a Igreja muito mais para a esfera social (focado ainda mais no meio rural) do que para a esfera política. É inegável, porém, que o catolicismo contribuiu de maneira decisiva no discurso estabelecido para a mulher portuguesa.

O discurso salazarista para as mulheres esteve presente na sociedade portuguesa durante todo o regime autoritário. Para refletir sobre o objeto, utilizou-se a revista *Modas e Bordados – Vida Feminina* para analisar a presença desse discurso sobre o trabalho feminino.

Criada em 14 de fevereiro de 1912, a revista surgiu como um suplemento do jornal *O Século* (1881-1977). Com a sociedade portuguesa se adaptando ao recente regime republicano, a revista *Modas e Bordados* nasceu com o intuito de comunicar para as mulheres de classe média e alta conselhos de moda, culinária, beleza e boas maneiras. A revista era propriedade da J. J da Silva Graça e situava-se em Lisboa (RODRIGUES, 2016). A revista se apresentou contraditória em alguns momentos do período analisado. De um lado, havia matérias consideradas progressistas para o período, com exaltação das mulheres portuguesas⁸, e, de outro, matérias com tom moralizante e conservador.

⁸ Tanto no Brasil quanto em Portugal, o “ser mulher” é multifacetado e permite um leque a partir de diferenças culturais, regionais, raciais, sexuais e sociais. Não se pretende homogeneizar ou generalizar as mulheres portuguesas a partir de um único estereótipo ou de um único modelo. Sabe-se que as diferenças entre as leitoras da cidade e as leitoras do campo, por exemplo, são significativas. A ideia é trabalhar a representação que a revista estabelecia das mulheres portuguesas (muitas vezes desconsiderando as diferenças de cada uma) e, paralelamente, o discurso que a revista possuía para com as leitoras. Ao utilizar a expressão “mulheres portuguesas”, sabe-se das diferenças existentes, mas optou-se por utilizar dessa forma no intuito de facilitar a leitura, mas, reiterando, com total consciência das especificidades e singularidades das mulheres portuguesas.

Inicialmente nomeada apenas de *Modas e Bordados*, foi em 1930, com direção de Maria Lamas⁹, que a revista ganhou o subtítulo *Vida Feminina* e separou-se do jornal *O Século* devido ao grande sucesso com o público. Com assinatura de Maria Lamas, a partir do pseudônimo de Tia Filomena, a coluna “O Correio da Joaninha” era o espaço de comunicação entre as leitoras e a revista. Focado no público mais jovem, a coluna dava conselhos de comportamento, relações familiares, moda, estudos e relações amorosas. A aceitação do público foi tão grande que um programa de rádio foi criado na Emissora Nacional chamado “Meia Hora de recreio para raparigas” (MUSTAFÁ, 2014).

Se de um lado do Atlântico, na revista *Jornal das Moças*, tinha-se uma visão das profissões consideradas adequadas às mulheres, sobretudo aquelas profissões ligadas ao cuidado com o próximo, do outro, na revista *Modas e Bordados*, permitia-se acesso a uma visão diferente. A revista portuguesa apresentou outras narrativas profissionais ao retratar e expor mulheres atuando em diferentes profissões, viabilizando uma imagem de mulheres além do idealizado pelo regime salazarista.

Enquanto a revista dirigida por Maria Lamas procurou expor atuações distintas às mulheres, António de Oliveira Salazar fez o movimento contrário. Com estratégias legais, incluindo o discurso médico, o português buscou legitimar a incapacidade feminina de trabalhar. Entretanto, não se pode afirmar, assim como no regime de Getúlio Vargas, que essa postura era algo individual do ditador. Deve-se considerar que o Estado Novo salazarista estava inserido em uma cultura política formada também pela população. Salazar soube exaltar as funções sociais, morais e econômicas das mulheres na sociedade para ganhar seu apoio (PIMENTEL, 2011).

Irene Pimentel (2011) apresenta que o regime intencionava eliminar a concorrência que as mulheres faziam nas indústrias contra os homens. Além disso, a moralização do retorno das mulheres aos lares estava intrinsecamente ligada ao discurso do regime, uma vez que as indústrias e fábricas eram vistas como espaços de “perdição” e de sexualidade. Somado a isso, a ligação que as mulheres

⁹ Maria da Conceição Vassalo e Silva da Cunha Lamas nasceu em 1893 em Torres Novas, Portugal. Ainda muito jovem começou sua carreira como jornalista escrevendo crônicas sobre moda e comportamento para o jornal *O Século*. A partir de 1928, assumiu a direção da revista *Modas e Bordados* (que ainda era um suplemento do jornal), posição na qual permaneceu durante dezenove anos. Sua contribuição na revista foi tamanha que a publicação passou a ser uma autônoma e não mais um suplemento do jornal. Foi também presidente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, que discorria sobre a defesa dos direitos sociais e políticos das mulheres (FIADEIRO, 2003).

trabalhadoras das fábricas e indústrias teriam com movimentos políticos e sindicais não agradava a camada mais conservadora do regime. O papel a ser desempenhado era o de mãe, dona de casa e esposa fiel.

Certamente, a construção de um modelo de mulher simbolizado pela mãe devotada e inteira sacrifício, implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual. Esta desvalorização é imensa porque parte do pressuposto de que a mulher em si não é nada, de que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido (RAGO, 2004, p. 65).

Apesar de o discurso salazarista chegar para todas as mulheres portuguesas, eram as de classe média das cidades urbanas o principal foco. Portugal tinha grande parte da população portuguesa vivendo no campo, e as mulheres precisavam atuar intensamente no sustento do lar. A partir dessa realidade, é necessário realizar um recorte de classe para compreender a situação das mulheres portuguesas e o discurso destinado a elas. O discurso de retorno ao lar não se concretizava ao chegar nas mulheres do campo ou nas mulheres que trabalhavam em situações degradantes nas fábricas e indústrias, pois parte da renda familiar dependia também da contribuição dessas trabalhadoras, entretanto, Salazar discursava para as mulheres de classe média das cidades urbanas que, possuindo a opção de ficar em casa, preferia ocupar seu espaço no mundo do trabalho.

A revista portuguesa *Modas e Bordados – Vida Feminina*, diferentemente da revista brasileira, possuía um corpo editorial formado por mulheres também, e não somente por homens. Entende-se que esse é um fator determinante para a construção narrativa das mulheres trabalhadoras apresentadas na revista. A direção de Maria Lamas tinha ideias opostas às propagadas pelo regime. Dessa forma, indignada com a posição do governo salazarista em relação às mulheres, realizou uma viagem em busca dos problemas sociais, culturais, econômicos e políticos enfrentados pelas mulheres portuguesas. Entrevistou e fotografou centenas de mulheres com diferentes idades e realidades sociais, narrou a vida de operárias, artistas, intelectuais, camponesas, estudantes, em especial da zona rural, e escreveu uma das obras de maior impacto na sociedade portuguesa, em 1948: *As mulheres do meu país*. Na sua obra, expõe com detalhes a miséria, a falta de conhecimento e de acesso à saúde, à higiene; fala sobre analfabetismo e outros problemas que as portuguesas enfrentaram.

A consequência da publicação do livro foi sua prisão em 1949. A Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) foi responsável pela perseguição e repressão dos opositores do regime autoritário Salazar (MADEIRA, 2007). Filou-se ao Partido Comunista Português em 1974 e questionou o padrão imposto pelo regime em diversos momentos. Em uma palestra, Maria Lamas (*apud* GORJÃO, 2002, p. 202) questiona:

Será que o Estado Novo tem medo da consciência esclarecida da mulher? Será que a mulher, compenetrada da sua dignidade, do respeito a que tem direito, da importância da sua missão de mãe, e sob esse aspeto, dos deveres do Estado para com ela, pode transformar-se num obstáculo para os pontos de vista do Estado Novo? Será que a mulher, preparada para colaborar eficazmente na vida pública da nação ofende a moralidade do Estado Novo? Qual é então o tipo de mulher que o Estado Novo preconiza? [...] Queremos ser respeitadas e não consideradas escravas, ou simples objetos de luxo, o que também é uma forma, embora dourada, de escravidão. Nós, mulheres democratas, queremos ser verdadeiramente a companheira do homem. Queremos tudo isso, mas sabemos, pela mais dura experiência, que o Estado Novo não o permitirá.

É inegável que a participação de Maria Lamas no corpo editorial e na direção da revista *Modas e Bordados – Vida Feminina* contribuiu de forma significativa para a postura escolhida pelo periódico ao retratar as mulheres portuguesas, indo de encontro ao discurso que o regime salazarista impunha às mulheres. Se Oliveira Salazar não podia cobrar das mulheres camponesas e daquelas que a família dependia da renda, a revista *Modas e Bordados* também não alcançava essas mulheres. O campo de disputa eram as mulheres de classe média urbana que tinham acesso à revista e tinham a opção do trabalho.

Em 1937, a edição 1.332 da revista apresentou uma fotografia de meia página exaltando a figura de uma “[...] ilustre poetisa e pianista de D. Oliva Guerra, rodeada pelos seus discípulos, cuja audição, realizada há pouco [...] constituiu mais um grande triunfo para a notável professora” (MODAS E BORDADOS – VIDA FEMININA, 1937, p. 4). Essa citação permite refletir sobre o destaque que se dava ao magistério por ser considerado uma profissão feminina. Entretanto, é importante ressaltar também que, para a revista, a professora é, antes de tudo, poetisa, pianista e produtora de conhecimento e arte.

Na edição 1.443, intitulada “Duas aviadoras portuguesas”, pode-se ler:

Há presentemente em Angola, duas senhoras com o brevet de aviadoras. Novas, gentis, duma graciosidade bem feminina, são a síntese da mulher

moderna, a quem a luta e o perigo atrai, dando provas da tenacidade e resistência consideradas até agora, atributos exclusivos do homem. [...] Maria Margarida Santos e Julia de Brito Pestana, quando voam no céu de Angola, são, talvez, sem nunca terem pensado nisso, o símbolo da mocidade feminina de hoje, ardente, sonhadora, confundindo no seu entusiasmo o desejo de triunfar, a confiança em si própria e um doce romantismo que espiritualiza até as suas atitudes mais prosaicas e viris (MODAS E BORDADOS – VIDA FEMININA, 1939, p. 5).

A matéria destaca o ineditismo das jovens ao adentrar um espaço historicamente masculino, que era a aviação. Destacando que as aviadoras são “símbolos da mocidade feminina”, dita o discurso da revista que podia ser considerado, para os padrões da época, como progressista. E essa matéria não foi a única a tratar sobre as mulheres atuando profissionalmente na aviação. Em 1938, na edição 1.379, noticia a inauguração de um aeródromo da Escola de Pilotagem Salazar que, entre os alunos da primeira turma, havia duas mulheres.

Duas alunas poderiam ser consideradas um número pequeno para a realidade da aviação portuguesa do período, porém dois fatores devem ser considerados ao realizar essa análise. O primeiro é o momento que essa matéria foi publicada, uma vez que a maioria dos espaços profissionais eram ocupados por homens. Ainda mais ao se tratar da área da aviação. O segundo é o espaço que foi dado a essas mulheres na revista e a representatividade que elas passaram a ter. Publicar matérias noticiando a participação dessas mulheres instigava outras jovens leitoras que elas saibam que também poderiam ser, se assim o quisessem. Isso ampliava o leque de discursos aos quais as mulheres tinham acesso e ajudava a formar uma diversificada opinião pública quanto às possibilidades femininas de atuação no âmbito social.

Na matéria “Mulheres que trabalham”, em 1937, edição 1.307, a primeira mulher a se formar em arquitetura em Portugal é apresentada para as leitoras. Maria José Brito Estanco se formou na Escola de Belas Artes, porém, apesar da conquista, não foi aplaudida pela sociedade. “Lisboa rotineira franziu o lábio escarninho e murmurou: – achou pouco compatível com a mulher, tal missão. Mas será assim?” (MODAS E BORDADOS – VIDA FEMININA, 1937, p. 6). Percebe-se que o questionamento do texto enseja uma reflexão acerca dos espaços que as mulheres podiam ocupar. A matéria prossegue com elogios à arquiteta e afirma que Maria “trabalha com seu marido [artista, pintor e professor] em perfeita comunhão de ideias e em pura camaradagem, traçando horizontes novos que

podem favorecer a arte de arquitetura e decoração do lar português” (MODAS E BORDADOS – VIDA FEMININA, 1937, p. 6).

Percebe-se que a matéria lançou um questionamento sobre o espaço feminino nas profissões e, ao mesmo tempo, traçou um paralelo de igualdade laboral entre a arquiteta e seu marido, chamando a atenção para uma nova postura de mulher. A arquiteta Maria relatou em entrevista o descontentamento sobre o seu espaço dentro da profissão:

Arquitetas em Portugal por enquanto, infelizmente, existo apenas eu, a desbravar o caminho que se apresenta, às vezes, bastante difícil. Os carpinteiros e outros operários, com quem tenho que estar em contato, olham-me desconfiados e receiam aceitar como boas as minhas sugestões. Só a muita tenacidade me tem feito impor a esta resistência passiva (MODAS E BORDADOS – VIDA FEMININA, 1937, p. 6).

Em 1943, a edição 1.625 de *Modas e Bordados – Vida Feminina* iniciou uma série de matérias sobre as mulheres que receberam o Prêmio Nobel. A escrita deixa claro a consciência tomada de que as mulheres eram consideradas como incapazes de atingir um nível tão elevado na ciência a ponto de receber tal prêmio:

[...] poucos poderiam supor o papel de relevo que a mulher viria a ocupar na plêiade selecionada dos benfeitores da humanidade. De fato, nesses tempos grassava ainda por entre as multidões dos cinco continentes a nebulosa opinião de que à mulher – representante dum chamado sexo frágil – estavam vedados, por impossíveis, os caminhos perigosos das ciências e os horizontes transcendentais da literatura (MODAS E BORDADOS – VIDA FEMININA, 1943, p. 11).

Expressões como “nebulosa opinião” e “sexo frágil” demonstravam a opinião pública em uma época em que as mulheres eram vistas como menos capazes. Em contrapartida, a revista marcou seu posicionamento de maneira contrária, pois pontua o aspecto temporal do antes – com a opinião de que a mulher estava vetada, para alguns – e do agora – o diferente momento em que a revista registra a mulher no cenário do prêmio de notável importância. No trecho que segue, percebe-se a inclinação da revista:

Não! A mulher não poderia continuar a ser considerada somente uma boneca bonita, atrativa, sem pensamento e sem vontade. Não! A mulher não queria conservar-se mais na sombra, alheada dos problemas fortes que preocupavam a humanidade. Não! A mulher não desistiria da sua ânsia enorme de conhecer, de descobrir, de lutar, de vencer, de ser, ela, também, a

pioneira dum mundo melhor e maior (MODAS E BORDADOS – VIDA FEMININA, 1943, p. 11).

A opção de publicar essa matéria, mesmo estando imersa em um regime autoritário como o de Salazar, mostrou que a revista possuía um caráter progressista e até mesmo afrontoso ao regime. A semântica da reportagem é quase uma forma de confronto a tudo o que vinha sendo propagado sobre o ser mulher e que levanta um questionamento sobre a censura do regime. Como matérias com essas temáticas e nessa narrativa passaram pela censura?

O Estado Novo possuía uma intensa censura. Criada em 1933, a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) passou a ser nomeada em 1945 de Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) e tinha como objetivo a delação, a fiscalização, o medo, a perseguição e a tortura:

[...] a repressão, mais rigorosa, que se exerceu sobre “revirahistas”, anarquistas, comunistas e militantes das várias “esquerdas”, ou sobre alguns casos mais significativos [...] Não se esquecem, por isso, como não poderia deixar de ser, as prisões, a violação da privacidade, os julgamentos, as torturas praticadas, a repressão na rua, as mortes violentas (TORRALBA, 2009, p. 404).

A imprensa recebeu atenção política e dos órgãos de fiscalização durante toda sua existência. Jornais e revistas contrários ao regime de Salazar foram fechados. A perseguição aos meios de comunicação e a censura imposta são, talvez, as razões de *Modas e Bordados – Vida Feminina* ter apresentado, em diversos momentos, discursos que podem ser vistos como contraditórios. Ao noticiar matérias sobre a importância das mulheres na aviação, a primeira arquiteta de Portugal e mulheres na ciência, a revista veiculou as diversas possibilidades de atuação no mercado de trabalho. Por outro lado, reforçou a importância da maternidade em muitas matérias. Em uma mesma edição, criticou a guerra e forneceu moldes de roupas para serem usadas no período. Mencionou as mulheres com estilos de vida fora do padrão salazarista e, na matéria seguinte, indicações com o cuidado do lar. Esse movimento, que poderia ser caracterizado como extremamente contraditório, foi o que permitiu a atuação da revista em um contexto de intensa censura no âmbito do Estado Novo de António de Oliveira Salazar (MACHADO, 2018).

Considerações finais

Buscou-se caracterizar os regimes autoritários em que as revistas estavam inseridas e o contexto histórico. Observou-se que o discurso dos regimes estudados se deu de forma bem similar, visto que entendia a mulher como detentora de um papel social de protetora do lar, boa mãe e esposa. Todos os cidadãos deveriam contribuir para o desenvolvimento das suas nações e cada um possuía um papel específico. Ao homem cabia ser o provedor, e à mulher cabia cuidar do lar, do marido e contribuir na educação dos filhos para ser um bom cidadão no futuro.

As revistas analisadas possuíam elementos de discurso extremamente semelhante referente às mulheres. Os Estados Novos de Vargas e de Salazar tinham características sociais e políticas semelhantes, como o conservadorismo e o autoritarismo em um modelo corporativista. Entretanto, foram perceptíveis que os discursos se formularam de maneiras diferentes. Apesar de possuir em alguns momentos passagens contestadoras sobre o papel das mulheres, o *Jornal das Moças* se apresentou muito mais conservador do que a revista portuguesa. Em contrapartida, *Modas e Bordados – Vida Feminina*, apesar de possuir um discurso extremamente progressista para o período, em algumas passagens deixa o moralismo com preceitos religiosos se fazer presente.

Não foi exigido um posicionamento vanguardista das revistas, uma vez que estavam inseridas em regimes autoritários dos anos 1930 e 1940. Entretanto, percebeu-se a distinção entre o posicionamento das fontes, principalmente pela composição do corpo editorial. A presença de Maria Lamas e outras mulheres na edição do periódico é uma teoria do posicionamento da *Modas e Bordados – Vida Feminina* ao apresentar as mulheres de maneira progressista. Por outro lado, o *Jornal das Moças*, que possuía o corpo editorial formado por homens, apresentava um discurso mais conservador. Outra análise possível foi a respeito do recorte de classe que o discurso dos regimes fazia. Países com desigualdade social elevada, alto índice de analfabetismo, o discurso recaía ainda mais nas mulheres de classe média e alta.

Não se negou as particularidades sociais, econômicas, culturais das mulheres brasileiras e portuguesas, pois as publicações trabalhavam com um panorama feminino universal. De toda forma, *Modas e Bordados – Vida Feminina* e *Jornal das Moças* participaram da formação feminina nos seus respectivos

países com suas publicações, matérias, respostas às leitoras e as possibilidades de atuação no mundo do trabalho.

Referências

Fontes

Jornal das Moças (1914; 1937; 1940; 1942).

Modas e Bordados – Vida Feminina (1937; 1939; 1943).

Bibliografia

ALBUQUERQUE, D. H. O discurso estabelecido na revista *Jornal das Moças*. **VII Simpósio Nacional de História Cultural**, São Paulo, 2014. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

ALMEIDA, N. M. A. de. **Jornal das Moças**: leitura, civilidade e educação femininas (1932-1945). 2008. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

ALMEIDA, N. M. A. de. Revistas femininas e educação da mulher: o *Jornal das Moças*. **Congresso de Leitura do Brasil**, 16º, Campinas, SP, 2006. Campinas, SP, 2006.

BARROS, J. A. História comparada – da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **História Social**, n. 13, pp. 7-21, 2007.

CALIL, L. E. S. **História do direito do trabalho da mulher**: aspectos histórico-sociológicos do início da República ao final deste século. São Paulo: LTr, 2000.

COVA, A.; PINTO, A. C. O salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa. **Penélope: Revista de História e Ciências Sociais**, n. 17, pp. 71-94, 1997.

CRUZ, M. B. **O partido e o Estado no salazarismo**. Lisboa: Presença, 1988.

FIADDEIRO, Maria Antónia. **Maria Lamas**: Biografia. Lisboa: Quetzal, 2003.

GONÇALVES, L. P. **Plínio Salgado**: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

GORJÃO, V. **Mulheres em tempos sombrios**: oposição feminina ao Estado Novo. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

HIGONNET, A. Mulheres, imagens e representações. In: DUBY, Georges; PERROT, M. (org.). **História das mulheres no ocidente**: o século XX. Porto: Afrontamento, 1991. pp. 325-343.

LAMAS, M. **A mulher no mundo**. Lisboa; Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1952. v. I e II.

LOFF, M. **“O nosso século é fascista!”** O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945). Porto: Campo das Letras, 2008.

MACHADO, V. A. **Para além de bordadeiras:** a representação feminina nos periódicos *Jornal das Moças e Modas e Bordados* durante os Estados Novos (1937-1945). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

MADEIRA, J. (coord.). **Vítimas de Salazar:** Estado Novo e violência política. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007.

MUSTAFÁ, I. **O uso político do rádio pelos ditadores Getúlio Vargas (Brasil) e António de Oliveira Salazar (Portugal) no período de 1930-1945**. 2014. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

NAHES, S. **Revista FON-FON:** a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945). São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

OSTOS, N. S. C. **Terra adorada, mãe gentil:** representações do feminino e da natureza no Brasil da Era Vargas (1930-1945). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

PASCHKES, M. L. A. **A ditadura salazarista**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PIMENTEL, I. F. **A cada um o seu lugar:** a política feminina do Estado Novo. Lisboa: Temas e Debates e Círculo de Leitores, 2011.

PINTO, A. C. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. *In*: MARTINHO, F. C. P.; PINTO, A. C. (org.). **O corporativismo em português:** estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 17-43.

PINTO, A. C. **O salazarismo e o fascismo europeu:** problemas de interpretação nas Ciências Sociais. Lisboa: Estampa, 1992.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. *In*: PRIORE, M. D. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto; UNESP, 1997. pp. 578-606.

REZOLA, M. I. A Igreja Católica portuguesa e a consolidação do salazarismo. *In*: MARTINHO, F. C. P.; PINTO, A. C. (org.). **O corporativismo em português:** estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 239-271.

RODRIGUES, M. D. **Mulheres e cidadania na revista *Modas & Bordados***: representação de um percurso de mudança entre 1928-1947. 2016. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Comunicação Social, Lisboa, 2016.

ROSAS, F. O Estado Novo. *In*: MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal**. Lisboa: Estampa, 1998. v. III.

ROSAS, F. **O Estado Novo nos anos trinta**. Lisboa: Estampa, 1986

SCHMITTER, P. C. **Portugal**: do autoritarismo à democracia. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999.

SIMÕES, R. D.; GONÇALVES, L. P. Nem só mãe, esposa e professora: os múltiplos campos de atuação da mulher militante integralista. *In*: CRUZ, N. R. (org.). **Ideias e práticas fascistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. pp. 61-82.

TELO, A. J. A obra financeira de Salazar: a ditadura financeira como caminho para a unidade política, 1928-1932. **Análise Social**, Lisboa, v. 29, n. 128, pp. 779-800, 1994.

TORGAL, L. R. **Estados Novos Estado Novo**: ensaios de História Política e Cultural. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. v. 2.